
Rodrigo Faucz
Daniel Avelar

PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI

Diferenciais da obra:

- Índice sistemático
- Modelos de decisões para juízes
- Roteiro prático completo
- Jurisprudência atualizada
- Modelos avançados de quesitação

De acordo com:

- Lei 14.245/2021
- Lei 14.344/2022
- Lei 14.752/2023
- Julgamento da ADPF 779 pelo STF

3ª edição
revista, atualizada
e ampliada

Portal
tribunaldojuri.com



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital
Gerente de Conteúdo
MIUSA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiária: Rebeca Crespo Rangel

Capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Faucz, Rodrigo
Plenário do Tribunal do Júri / Rodrigo Faucz e Daniel Avelar. 3. ed. rev. atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-1877-4

1. Brasil. Supremo Tribunal Federal 2. Brasil. Supremo Tribunal Federal - Jurisprudência 3. Júri - Brasil
4. Plenário I. Avelar, Daniel. II. Título.
23-180048

CDU-347.991(81)

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Supremo Tribunal Federal : Direito 347.991(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
NOTA DOS AUTORES – 3ª EDIÇÃO	11
NOTA DOS AUTORES – 2ª EDIÇÃO	13
NOTA DOS AUTORES – 1ª EDIÇÃO	15
PREFÁCIO	19
APRESENTAÇÃO.....	23

PARTE I

PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI

1. ATOS ANTECEDENTES À INSTALAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO	41
1.1. Reunião x sessão	41
1.2. Organização da pauta.....	42
1.3. Publicação da pauta	43
1.4. Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados	43
1.5. Intimação do MP, OAB e da Defensoria Pública	44
1.6. Intimação dos advogados dos acusados	44
1.7. Publicidade do sorteio.....	45
1.8. Número de jurados convocados.....	46
1.9. Inclusão de novos processos na reunião após o sorteio dos jurados	48
1.10. Convocação dos jurados e nova aferição dos requisitos legais para o exercício da função	49
1.11. Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento	52
1.12. Segurança dos trabalhos.....	54
1.13. Refeição, repouso e transporte dos jurados.....	56
1.14. Júris midiáticos	56
1.15. Virtualização do plenário do júri.....	57
1.16. Gravação do julgamento pelas partes.....	58

2.	A SESSÃO DE JULGAMENTO	61
2.1.	Isenção e dispensa dos jurados	61
2.2.	Recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica e política	61
2.3.	Recusa injustificada	62
2.4.	Crime de desobediência	62
2.5.	Jurado emancipado	63
2.6.	Jurado analfabeto	63
2.7.	Jurado naturalizado, ou estrangeiro, e quem perdeu ou tem suspensos os seus direitos políticos	65
2.8.	Jurado com deficiência visual ou auditiva.....	65
2.9.	Isentos do serviço do júri.....	66
2.10.	Isenção diante da demonstração de justo impedimento	67
2.11.	Jurado maior de 70 anos	68
2.12.	Direitos dos jurados	68
3.	PRESENÇA DAS PARTES E ADIAMENTO DA SESSÃO DE JULGAMENTO ...	71
3.1.	Prévia habilitação do Procurador do Assistente de Acusação	71
3.2.	Legitimidade da Defensoria Pública para atuar na defesa dos interesses dos assistentes de acusação no processo penal.....	72
3.3.	Ausência do Procurador do Assistente de Acusação	74
3.4.	Ausência injustificada do representante do Ministério Público	74
3.5.	Ausência injustificada do advogado do querelante	74
3.6.	Ausência injustificada do defensor do acusado.....	75
3.6.1.	O abandono de plenário e a Lei 14.752/2023.....	78
3.7.	Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado.....	80
3.8.	Ausência do acusado solto e devidamente intimado.....	83
3.9.	Ausência do acusado preso e não conduzido	84
3.10.	Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reconhecimento	85
3.11.	Ausência da(s) testemunha(s) arrolada(s) em caráter de imprescindibilidade	87
3.12.	Ausência da(s) testemunha(s) arrolada(s) sem caráter de imprescindibilidade	88
3.13.	Da (im)possibilidade da oitiva de informantes no Tribunal do Júri.....	90
3.14.	Da oitiva do(s) ofendido(s).....	90
3.15.	Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos.....	92
4.	SORTEIO DOS JURADOS.....	95
4.1.	Averiguação da urna ou do sistema eletrónico	97

4.2. Ausência do número mínimo de jurados	98
4.3. Entrada do acusado no plenário.....	99
4.4. Uso de algemas.....	99
4.5. Utilização de roupas civis pelo acusado em plenário	103
4.6. Banco dos réus	105
4.7. Pregão	105
4.8. Advertência aos jurados	106
4.9. A incomunicabilidade do Conselho de Sentença	106
4.10. A incomunicabilidade do Conselho de Sentença no PLS 156/2009	109
4.11. Impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	110
4.12. Impedimento e atuação em processo de natureza cível.....	112
4.13. Incompatibilidade	113
4.14. Hipóteses especiais de impedimento previstas para o Tribunal do Júri ...	113
4.15. Impedimento de cônjuge ao atuar no julgamento de corrêu em processo desmembrado.....	114
4.16. Suspeição	114
4.17. Inimizade capital.....	115
4.18. Procedimento	115
4.19. Sorteio e recusas.....	116
4.20. Do Desmembramento do Processo	120
4.21. Do Desmembramento do Processo – Teses conflitantes que prejudiquem o direito de defesa	120
4.22. Recusas pelo Procurador do Assistente de Acusação	121
4.23. Entrevista prévia ao ato das recusas	121
4.24. Compromisso dos jurados	123
4.25. Entrega do relatório, da pronúncia, e das decisões posteriores que jul- garam admissível a acusação	124
5. DA INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO	129
5.1. Da oralidade como elemento fundante da instrução em plenário.....	129
5.2. A instrução em plenário e a divergência entre os arts. 212 e 473 do CPP	129
5.3. A postura do magistrado durante a instrução em plenário	131
5.3.1. A legítima defesa da honra e a nulidade argumentativa	132
5.4. Do indeferimento de perguntas durante a instrução em plenário.....	134
5.4.1. Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) – Art. 474-A	135
5.4.1.1. A celeuma trazida pelos incisos I e II.....	137
5.4.1.2. A interpretação possível.....	139
5.4.1.3. Considerações finais.....	140
5.5. Ordem das oitivas e das perguntas	141

5.6.	A desistência unilateral do depoimento da testemunha e o princípio da comunhão das provas.....	145
5.7.	Oitiva de testemunha sem a presença do acusado.....	147
5.8.	Oitiva de “testemunha do juízo” anteriormente dispensada pela parte ...	148
5.9.	Reinquirição das testemunhas em réplica e tréplica.....	149
5.10.	Oitiva de corréu na qualidade de testemunha.....	150
5.11.	Oitiva do assistente de acusação em plenário	151
5.12.	Acareação, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos	152
5.12.1.	Reconhecimento de pessoas em plenário.....	153
5.13.	Oitiva de especialista contratada pela parte	155
5.14.	Falso testemunho prestado perante o Tribunal do Júri	155
5.15.	Desnecessidade da compatibilidade entre o crime de falso testemunho e as teses levantadas em plenário	158
5.16.	Retratção no crime de falso testemunho	159
5.17.	Leitura de peças	159
5.18.	A restrição da fase de leituras, a busca pela plena imediação e a utilização do inquérito policial.....	160
5.19.	Utilização de elementos informativos no júri e juiz de garantias.....	163
5.20.	Registro dos depoimentos e a desnecessidade da sua transcrição	165
5.21.	O interrogatório no Plenário do Tribunal do Júri.....	168
6.	DEBATES E QUESTÕES CORRELATAS.....	171
6.1.	A ordem legal nas sustentações orais	171
6.2.	Limitação na atuação das partes.....	171
6.2.1.	A pronúncia como limitação da acusação em plenário	172
6.2.2.	Limitação defensiva pela Legítima Defesa da Honra	173
6.3.	Do tempo de sustentação oral	175
6.4.	A insuficiência do tempo legal para as sustentações orais e a possibilidade da sua ampliação	176
6.5.	Agravantes e atenuantes.....	176
6.5.1.	Atenuante da confissão espontânea citada na pronúncia, porém, não sustentada no plenário	178
6.5.2.	Atenuante da confissão espontânea alegada no interrogatório....	179
6.5.3.	Atenuantes e agravantes objetivas.....	179
6.6.	Das nulidades em plenário	181
6.6.1.	O excesso de fundamentação na pronúncia e a vedação da sua utilização como argumento de autoridade	182
6.6.2.	Outras decisões e sua utilização como argumento de autoridade	186
6.6.3.	A leitura dos antecedentes criminais do acusado.....	189

6.6.4. Uso de algemas como argumento de autoridade.....	190
6.6.5. Direito ao silêncio	190
6.6.6. Taxatividade das hipóteses elencadas no art. 478 do CPP	192
6.6.7. Impugnação imediata e preclusão.....	193
6.8. A leitura de documentos e a exibição de objetos na sessão de julgamento	194
6.8.1. Contagem de prazo processual regressivo para juntada de documentos e objetos	195
6.8.2. A juntada de documentos e objetos e a cientificação da parte adversa	195
6.8.2.1. Resolução CNJ 408/2021 e os documentos digitais...	201
6.8.3. Juntada de documento ou objeto que não guarda relação com os fatos.....	202
6.9. Entrega aos jurados de cópias de peças do processo	203
6.10. Certidão de antecedentes criminais do acusado.....	203
6.11. Utilização de projetor durante a sessão de julgamento	203
6.12. Apresentação em plenário de fotografia da vítima obtida em data anterior ao evento delituoso	204
6.13. Nulidade de natureza relativa ou absoluta – divergência	204
6.14. Comportamento do juiz presidente	205
6.15. Carência de defesa em plenário e dissolução do Conselho de Sentença	206
6.16. Réplica e tréplica.....	208
6.16.1. Tréplica sem réplica.....	209
6.16.2. Exercício da réplica pelo procurador do assistente de acusação....	209
6.16.3. Inovação da tese na tréplica	210
6.16.4. Inovação em tréplica e o pedido genérico de absolvição.....	211
6.17. Apartes	212
6.18. Esclarecimento das partes e dos jurados	214
6.19. Verificação de fato essencial para o julgamento	218
6.20. Da gravação das sessões de julgamento.....	219
7. FASE DE QUESITOS E OUTRAS QUESTÕES.....	221
7.1. A reforma operada com a Lei 11.689/2008 e a busca pela simplificação dos quesitos	221
7.2. Elaboração dos quesitos.....	224
7.3. Leitura dos quesitos e eventuais requerimentos das partes.....	225
7.4. A arquitetura dos quesitos. Noção introdutória.....	226
7.5. Desclassificação.....	227
7.5.1. Desclassificação própria x desclassificação imprópria.....	227
7.5.2. Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – Quesitação	228

7.5.3. Desclassificação e crime conexo	231
7.5.4. Cumulação da tese absolutória (principal) com outra desclassificatória (secundária).....	231
7.6. Quesito genérico absolutório: o jurado absolve o acusado?.....	232
7.7. Superação da tese da negativa de autoria e reconhecimento do quesito absolutório genérico	232
7.8. Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia.....	233
7.9. Imputação por dolo direto e quesitação amparada em dolo eventual ...	234
7.10. Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena	234
7.10.1. Colaboração premiada como causa de diminuição	235
7.11. Qualificadora admitida no dispositivo da pronúncia, mas não fundamentada	236
7.12. Homicídio privilegiado – Incompatibilidade com qualificadoras subjetivas.....	237
7.13. Concurso formal e multiplicidade de vítimas	238
7.14. Impugnação dos quesitos e preclusão	239
7.15. A sistemática da votação	240
7.16. Sentença	242
7.17. Sentença absolutória	243
7.18. Sentença condenatória	243
7.19. Execução provisória da pena após a condenação pelo Tribunal do Júri	245
7.20. Retroatividade da Lei 13.964/2019	246
7.21. Leitura da Sentença em Plenário	248
7.22. Ata da sessão de julgamento	249

PARTE II

MODELOS DECISÓRIOS – ROTEIRO PRÁTICO PARA JUÍZES

A CONDUÇÃO DOS TRABALHOS PERANTE O PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI: FASES E MODELOS DECISÓRIOS – ROTEIRO PRÁTICO PARA JUÍZES	253
--	-----

PARTE III

QUESITAÇÃO PRÁTICA

QUESITAÇÃO	271
Conceito e características	271
Fontes dos quesitos.....	271
Elaboração	272
Ordem dos Quesitos	272

Seriação.....	273
Apresentação pública dos quesitos	273
Explicações.....	273
Modelos avançados de quesitação	273
ÍNDICE DE MODELOS.....	275
Modelo Geral	280
Homicídio	283
1. Homicídio	286
1.1. Homicídio simples (art. 121, caput, do CP).....	286
1.2. Homicídio privilegiado	286
1.2.1. Homicídio privilegiado – Relevante valor moral (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP)	286
1.2.2. Homicídio privilegiado – Relevante valor social (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP)	288
1.2.3. Homicídio privilegiado – Violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima (art. 121, § 1º, segunda parte, do CP)	289
1.3. Homicídio qualificado	290
1.3.1. Homicídio qualificado – Mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (art. 121, § 2º, I, do CP)	290
1.3.2. Homicídio qualificado – Motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP)	291
1.3.3. Homicídio qualificado – Com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121, § 2º, III, do CP)...	292
1.3.4. Homicídio qualificado – Outro meio insidioso ou cruel (art. 121, § 2º, III, do CP)	293
1.3.5. Homicídio qualificado – Meio que possa resultar em perigo comum (art. 121, 2º, III, do CP).....	294
1.3.6. Homicídio qualificado – À traição, de emboscada ou mediante dissimulação (art. 121, § 2º, IV, do CP)	295
1.3.7. Homicídio qualificado – Outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP).....	296
1.3.8. Homicídio qualificado – Para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 121, § 2º, V, do CP)	297
1.3.9. Homicídio qualificado – Femicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, ambos do CP)	298

1.3.10.	Homicídio qualificado – Feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, II, ambos do CP).....	299
1.3.11.	Homicídio qualificado – Contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição (art. 121, § 2º, VII, do CP).....	300
1.3.12.	Homicídio qualificado – pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (art. 121, § 2º, VIII, do CP)	302
1.3.13.	Homicídio qualificado – homicídio cometido contra menor de 14 (quatorze) anos (art. 121, § 2º, IX, do CP)	303
1.4.	Causa de aumento	304
1.4.1.	Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade (art. 121, § 2º-B, I, do CP)	304
1.4.2.	Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos e o crime foi cometido pelo ascendente, padrasto ou madrastra, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela (art. 121, § 2º-B, II, do CP)	305
1.4.3.	Causa de aumento – Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º, do CP)	306
1.4.4.	Causa de aumento – Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º, do CP).....	307
1.4.5.	Causa de aumento – Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º, do CP)	308
1.4.6.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP)	309
1.4.7.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	310

1.4.8.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP)	311
1.4.9.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP)	313
1.4.10.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP)	314
1.4.11.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	315
1.4.12.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP) ...	317
1.4.13.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP)	318
2.	Tentativa e teses desclassificadoras	319
2.1.	Tentativa de homicídio (art. 121, c/c art. 14, II, do CP)	321
2.2.	Desclassificação	322
2.2.1.	Desclassificação para homicídio culposo como tese principal (art. 121, § 3º, do CP)	322
2.2.2.	Desclassificação para homicídio culposo como tese subsidiária (art. 121, § 3º, do CP)	323
2.2.3.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor como tese principal (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	324
2.2.4.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor como tese subsidiária (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro)	325

2.2.5.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte como tese principal (art. 129, § 3º, do CP).....	326
2.2.6.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte como tese subsidiária (art. 129, § 3º, do CP).....	327
2.3.	Excesso culposo nas excludentes.....	328
3.	Teses defensivas	329
3.1.	Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP).....	333
3.2.	Tese de exclusão de imputação	334
3.2.1.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida	334
3.2.2.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio	335
3.3.	Participação.....	336
3.3.1.	Homicídio consumado – Acusação de ser partícipe...	336
3.3.2.	Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP)	337
3.4.	Cooperação	338
3.4.1.	Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP)	338
3.4.2.	Cooperação dolosamente distinta e/ou participação de menor importância – Sustentação de ambas as teses pela defesa	339
3.5.	Embriaguez como causa de diminuição de pena.....	340
3.6.	Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do CP).....	341
3.7.	Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP)	342
3.8.	Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP)	343
3.9.	Colaboração premiada (ou delação premiada).....	344
4.	Outros crimes de competência do Tribunal do Júri	345
4.1.	Induzimento, instigação e auxílio ao suicídio.....	347
4.1.1.	Induzimento ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP)	347
4.1.2.	Instigação ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP)	347
4.1.3.	Auxílio ao suicídio – Consumado (art. 122 do CP)...	348
4.1.4.	Induzimento ao suicídio – Resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP)	349
4.1.5.	Instigação ao suicídio – Resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP).....	350

4.1.6.	Auxílio ao suicídio – Resultando lesão corporal grave (art. 122, § 1º, do CP).....	351
4.1.7.	Causa de aumento – Motivo egoístico – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	352
4.1.8.	Causa de aumento – Motivo torpe – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	353
4.1.9.	Causa de aumento – Motivo fútil – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP)	354
4.1.10.	Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	355
4.1.11.	Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	356
4.1.12.	Causa de aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP)	357
4.1.13.	Causa de aumento – Acusado é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (art. 122, § 5º, do CP)....	358
4.2.	Infanticídio	359
4.2.1.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia.....	359
4.2.2.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como tese defensiva – Acusada pronunciada por homicídio.....	359
4.3.	Aborto provocado	360
4.3.1.	Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP)	360
4.3.2.	Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP).....	361
4.3.3.	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	362
4.3.4.	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP) – Decisão de admissibilidade reconhece o consentimento da gestante	363
4.3.5.	Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP).....	363
4.3.6.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	365

4.3.7.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	366
4.3.8.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	366
4.3.9.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP).....	367
5.	Crimes conexos.....	368
5.1.	Lesão corporal.....	369
5.1.1.	Lesão corporal (art. 129, caput, do CP).....	369
5.1.2.	Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP).....	370
5.1.3.	Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP)	371
5.1.4.	Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP).....	371
5.2.	Rixa.....	372
5.2.1.	Rixa (art. 137 do CP).....	372
5.2.2.	Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP).....	373
5.3.	Furto (art. 155 do CP).....	373
5.4.	Roubo (art. 157 do CP).....	374
5.5.	Extorsão (art. 158 do CP).....	375
5.6.	Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP).....	375
5.7.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP).....	376
5.8.	Estupro.....	376
5.8.1.	Estupro (art. 213 do CP).....	376
5.8.2.	Estupro de vulnerável – Contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP).....	377
5.8.3.	Estupro de vulnerável – Contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	378
5.8.4.	Estupro de vulnerável – Contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	378
5.9.	Associação criminosa (art. 288 do CP).....	379
5.10.	Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP).....	379
5.11.	Porte ilegal de arma de fogo.....	380
5.11.1.	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	380
5.11.2.	Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003).....	381
5.11.3.	Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (art. 16, § 2º, da Lei 10.826/2003).....	382

5.11.4.	Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003)	382
5.12.	Fraude processual (art. 347 do CP)	383
5.13.	Falso testemunho.....	384
5.13.1.	Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP)	384
5.13.2.	Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP).....	384
5.14.	Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).....	385

PARTE IV

MODELO COMPLETO DE ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO

MODELO DE ATA DA SESSÃO.....	389
ÍNDICE REMISSIVO	395
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	399